

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DA CIDADE:
OS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM CIDADES POLO REGIONAL
DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Thamires Caetano Romão

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

E-mail: thacaetanogeo122@hotmail.com

Marvin Davi Rojeski

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

E-mail: marvinrojeski@outlook.com

Juçara Spinelli

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

jucara.spinelli@uffs.edu.br

RESUMO:

O artigo apresenta elementos que demonstram fortes mudanças em duas cidades polo do norte do Rio Grande do Sul, Passo Fundo e Erechim, centralizadoras da dinâmica econômica e urbana das regiões produtivas nas quais se inserem. Tais regiões são demarcadas pelas atividades agropecuárias e com forte cadeia industrial e de serviços de apoio ao agronegócio (grãos, carnes, leite e ovos). A dinâmica populacional regional deflagra forte mobilidade pendular e, também, migrações para residência nos polos, promovendo uma reestruturação intraurbana cuja renda drenada da produção agrária é fortemente reinvestida no mercado imobiliário. O difícil acesso aos imóveis sobrevalorizados vem acentuando a vulnerabilidade das populações a residirem em ocupações/aglomerados subnormais, deflagrando mudanças nas relações entre o centro e as novas periferias, entre o campo e a cidade.

Palavras-chave: ocupações urbanas, novas periferias, reestruturações

GT 16 – Transformações no campo e nas cidades em um contexto de globalização

INTRODUÇÃO

O artigo visa apresentar elementos que demonstram fortes mudanças em duas cidades polo regional do norte do Rio Grande do Sul: as cidades de Passo Fundo e de Erechim. Essas cidades são polarizadoras da dinâmica econômica e urbana das regiões produtivas nas quais se inserem. Tais regiões são demarcadas pelas atividades agropecuárias e com forte cadeia industrial e de serviços de apoio ao agronegócio.

A “vocalização regional”, de longa data, se estruturou sobre as bases da produção primária, contudo, dada a modernização da agricultura e pecuária e, mais recentemente, as adaptações aos novos padrões produtivos, vêm passando por forte reestruturação, tanto no ramo das *comodities* de grãos quanto de carnes, leite e ovos. A dinâmica regional, com forte mobilidade pendular a trabalho e a estudo, mas também, com forte mobilidade para residência nos polos, também vem promovendo uma reestruturação nas cidades, cuja renda drenada da produção agrária é fortemente reinvestida no mercado imobiliário, aumentando consideravelmente a precificação e a valorização de áreas.

A falta de acesso aos imóveis, cada vez mais caros, vem acentuando a vulnerabilidade das populações urbanas a residirem de forma precária, muitas vezes em ocupações e aglomerados subnormais, que se proliferam e produzem novas e complexas periferias, desprovidas dos serviços, infraestruturas básicas e condições de vida humana. A desigualdade entre a região [rica] do agronegócio e a cidade, com grande parcela de trabalhadores com baixa remuneração dessa cadeia produtiva, deflagra a necessidade de ampliar o debate acerca do modelo de [des]envolvimento em curso, que vem esvaziando as regiões, inchando as cidades médias, e favorecendo à reprodução do capital financeiro na lógica da economia concentrada, neoliberal e de mercado.

A metodologia de desenvolvimento da pesquisa baseou-se no levantamento de dados, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Censo demográfico de 2010, bem como os dados de preços das áreas e os novos aglomerados subnormais, para o conhecimento da área de estudo.

Para as análises espaciais dos aglomerados subnormais e a distribuição espacial de políticas públicas (de saúde), foram adquiridas, junto ao IBGE, bases vetoriais dos aglomerados subnormais, limites municipais, unidades da federação e unidades de atenção primária à saúde, que foram trabalhados no Software Qgis e por meio do geoprocessamento foram produzidos mapas para as análises espaciais e interpretações das desigualdades no espaços intraurbano das cidades em estudo.

CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Em termos de classificação, ele ocupa a quinta posição, ficando atrás da China, Índia, Estados Unidos e Indonésia (IBGE, 2017).

É um país com uma herança histórica de extração e exploração de matéria prima, sendo a agricultura e o agronegócio uma de suas características marcantes. A partir das décadas de 1950 e 1960, o governo de Juscelino Kubitschek abriu portas de entrada ao capital estrangeiro e, como consequência, a instalação de empresas multinacionais.

O avanço destas empresas no país passou a demandar força de trabalho especializado e promoveu a realocação dos trabalhadores, principalmente do meio rural, para as cidades, as quais não estavam preparadas para receber um contingente de pessoas tão grande em um curto espaço de tempo. Este processo tornou-se um dos responsáveis pelo aumento de pessoas vivendo em situação precária, com forte vulnerabilidade social, surgindo ocupações, favelas e a formação dos denominados Aglomerados Subnormais.

É importante retomar que nesse período que demarca mudanças territoriais, tanto em âmbito regional quanto intraurbano, reflexo e condição da articulação entre escalas de interface das cadeias globalizadas, a expansão do meio técnico-científico-informacional é uma das características mais evidentes (SANTOS, 1993, 1994, 1996). Nas regiões de influência do agronegócio se materializa a expansão da globalização, com visível aumento de elementos fixos artificiais sobre o território, que alteram as formas de uso e ocupação do espaço agrícola. Tais mudanças, por sua vez, demarcam novos conteúdos socioterritoriais, com perceptível

aumento de estabelecimentos de agricultura empresarial; intensificação das relações campo-cidade e da urbanização. Tendo em vista as transformações das condições sociais, a exemplo da estrutura fundiária e dos regimes de exploração do solo e de relações de trabalho, tanto no campo quanto na cidade e no conjunto de técnicas e de métodos adotados na produção agrícola e pecuária, identifica-se a difusão do agronegócio com expressões no rural e, também, no urbano e na própria rede urbana (ELIAS e PEQUENO, 2013).

Na rede urbana, destaca-se a aceleração do crescimento demográfico e da urbanização, com forte aumento no número de cidades e expansão dos polos regionais e cidades de médias. Nesse sentido, Elias e Pequeno (2013) destacam:

Um dos reflexos dessas alterações profundas no âmbito do capitalismo, observa-se, no Brasil, nos resultados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, nos quais é clara uma nova tendência: do aumento do ritmo de aumento demográfico das cidades que ocupam papéis intermediários na rede urbana (cidades de porte médio). Essas transformações acompanham-se de processos mais amplos, que resultam de novas formas de assentamento humano, cada vez mais dispersas, as quais refletem e apóiam a urbanização difusa (p.98).

Essas novas formas de assentamento humano promovem uma expansão das cidades, principalmente as cidades médias, com novos conteúdos e dinâmicas intraurbanas. Sposito e Sposito (2012) mencionam que a reestruturação produtiva reflete-se nas transformações espaciais das cidades e das redes urbanas e regionais, uma vez que a implementação das inovações tecnológicas dos setores produtivos, em busca de competitividade, acelera a circulação de capital e as transformações do papel da corporação em diversas escalas, alterando, conseqüentemente, a função das cidades em suas redes urbanas e regionais.

Sobarzo (2013) também destaca que o papel de intermediação que as cidades médias desempenham inclui desde os produtos essenciais para as atividades agrícolas, como fertilizantes, agrotóxicos, sementes, sistemas de irrigação e veículos especializados, entre outros, até o oferecimento, pela cidade, de serviços especializados de apoio ao agronegócio. Assim, identifica-se claramente a presença de clínicas veterinárias, serviços de engenharia agrícola/técnicos agrícolas, comércio especializado, consultorias, marketing, reguladoras de grãos, logística, etc. “O dinamismo que gera essa demanda de informações, produtos e serviços, impacta sobre a própria configuração da cidade, que se torna um ponto atrativo para novos habitantes que procuram oportunidades em função da dinâmica econômica” (p.12).

Retomando ainda a questão do crescimento demográfico acelerado em cidades de porte médio e o desencadeamento da expansão urbana, tais mudanças demarca, também, aumento da demanda de consumo da população em consonância com a lógica capitalista concentradora e desigual. Nesta perspectiva, o espaço urbano tem se reproduzido a partir de lógicas simultâneas de dinamismo econômico e desigualdades sociais. Uma das expressões dessa diferenciação, fragmentação do espaço e da própria desigualdade é o surgimento expressivo de áreas irregulares, compostas por ocupações urbanas e assentamentos precários.

No Brasil, os denominados aglomerados subnormais, são conjuntos de habitações precárias com populações vivendo de forma favelizada em ocupações, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros (IBGE, 2022). Nesses espaços, a população vive abaixo da linha da pobreza e, portanto, habita em assentamentos irregulares de baixa renda ou sem renda. Portanto, são consideradas nessa classificação de Aglomerado Subnormal, as habitações e populações com características como precariedade dos domicílios, dos serviços urbanos e dos padrões urbanísticos; além da densidade de ocupação, da situação fundiária e o número de domicílios. (SILVA, 2014)

Falar de favelas é um tema complexo que acende muitas discussões sobre políticas de urbanização, infraestrutura e identidade. Entre 1991 e 2010, a população residente nesses locais – chamado pelo IBGE de aglomerados subnormais – aumentou em mais de 60%, passando de pouco menos de sete milhões para 11,4 milhões de pessoas, segundo o Censo Demográfico. (IBGE, 2019).

O conceito de aglomerado subnormal, desde os anos 2000, quando iniciaram os estudos sobre esses assentamentos, permaneceu praticamente o mesmo, contudo, diferenças significativas para a identificação desses aglomerados merecem destaque, como por exemplo, o uso de ferramentas operacionais, como as imagens de satélite de alta resolução; o trabalho das bases informacionais via geoprocessamento e pesquisas específicas *in loco* sobre as características morfológicas das áreas, das comunidades e dos grupos de trabalho das próprias prefeituras. Nadalin; Krause, Lima Neto (2012), explicitam que a subnormalidade dos aglomerados é definida por parâmetros de escala, de morfologia urbana, de regularidade urbanística e de infraestrutura e, citando o estudo do IBGE (2011) destacam que

o aglomerado subnormal consiste em um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Os referidos autores explicam que a identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios, segundo IBGE (2011): a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletidos por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais.

Nessa medida, este trabalho busca analisar como os aglomerados subnormais dos municípios de Passo Fundo e Erechim, RS, estão distribuídos espacialmente e como estão sendo atendidos por políticas públicas, no caso, visualizadas pelas unidades básicas de saúde. É importante traçar estes elementos para que o poder público dos dois municípios possam viabilizar políticas públicas para a integração dessas populações que habitam estas áreas e de combate às desigualdades sociais.

A trajetória de crescimento do Brasil como um país sempre se mostrou desigual, tanto em relação a outros países em função das atividades econômicas, quanto em relação ao crescimento populacional. Dados do IBGE (2017) mostram que houve uma explosão populacional entre as décadas de 1960 a 1980 no país, ou seja, um crescimento de 3% por ano. Nas cidades polo regional em estudo, esses valores seguiram sendo expressivos, principalmente nas últimas quatro décadas (1990-2020) como mostra o quadro a seguir (quadro 1):

Quadro 1 - População rural, urbana e total de Passo Fundo e Erechim, RS (1991-2021).

Anos	População de Passo Fundo			População de Erechim		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1991	135.561	5.554	141.115	61.954	6.701	72 318
2000	163.764	4.940	168.704	81.400	5.958	90 347
2010	180.120	4.706	184.826	90.552	5.535	96.087

2021 (estimada)	-	-	206.103	-	-	107.368
-----------------	---	---	----------------	---	---	----------------

Fonte: IBGE: Censos Demográficos (1991, 2000, 2020 e estimativa 2021)

Importante lembrar que neste período (1960-1980) o Brasil já era visto como um país agrário mas com atividades econômicas voltadas para a indústria muito marcantes. As multinacionais que se instalaram aqui modificaram a dinâmica das cidades. Ainda como um país exportador de insumos e matéria prima, era necessário a instalação de vias de escoamento dos produtos. Então, a construção de rodovias e ferrovias também são fatores que interferiram na dinâmica das cidades.

Muitas pessoas em busca de emprego foram para as cidades. Acontece que foi uma mudança muito brusca. As cidades não tinham capacidade de receber essa população. Então, quando as pessoas se viam de frente às dificuldades de se instalarem nos centros urbanos, procuravam lugares mais afastados, irregulares, de risco ambiental, muitas vezes, para construir suas residências. É um processo que pode ser observado frequentemente nas cidades. Este processo levou ao empobrecimento e favelização das comunidades. O crescimento das favelas ou de aglomerados subnormais está associado às desigualdades sociais e espaciais.

A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social. A luta pelo direito à cidade mostra as agruras e dificuldades da maioria. É contraponto a essa condição de permanência da desigualdade e do ideário dominante. Pretende que o espaço segregado, condição de permanência na mesma situação de vida, se transforme em condição de mudança. (RODRIGUES, p. 74, 2007).

As desigualdades socioespaciais são também caracterizadas pela dependência da população em relação às infraestruturas e serviços públicos urbanos como, por exemplo, serviços de saúde, educação e transporte público. Ter unidades básicas de saúde e escolas públicas em áreas mais afastadas dos centros urbanos depende de políticas públicas incorporadas para que a população de baixa renda, que reside em áreas periféricas, possa ter acesso facilitado.

Porém, existe uma parcela considerável da população que, Rodrigues (2007, p 74) ainda está “relacionada à falta ou à precariedade de moradia, saneamento, de estabelecimentos

de ensino, de tratamento de saúde, de transportes coletivos com a ausência de investimento estatal no urbano”.

A desigualdade, decorrente do papel ocupado pelos indivíduos na divisão social do trabalho, materializa-se no espaço urbano através de áreas que propiciam melhor ou pior qualidade de vida, ao mesmo tempo em que tendem a favorecer ou a restringir a busca por condições de vida mais satisfatória. Os Aglomerados Subnormais se caracterizam, assim, por serem áreas mais afastadas dos centros urbanos, não que seja uma regra, mas é como geralmente ocorre.

VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA, AGLOMERADOS SUBNORMAIS E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE PASSO FUNDO E ERECHIM, RS

Passo Fundo é um município localizado no norte do Rio Grande do Sul, com sua área central urbana situada entre as coordenadas 28° 15' 40" de Latitude Sul e 52° 24' 30" de Longitude Oeste. Com uma população de 184.526 habitantes (IBGE, 2010), sua densidade demográfica é de 203,11 hab/Km. De acordo com o IBGE (2020), é classificado na hierarquia urbana como Capital Regional B e pertence à Região Geográfica Imediata de Passo Fundo e Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo.

Erechim é um município também localizado no norte do Rio Grande do Sul, com sua área central urbana situada entre as coordenadas de 27° 37' 50" de Latitude Sul e 52° 14' 11" de Longitude Oeste, como mostra a figura 1. Com uma população de 96.087 habitantes, sua densidade demográfica é de 203,11 hab/ Km². De acordo com o IBGE (2020), é classificado na hierarquia urbana de centro subregional A (A3) e pertence à Região Geográfica Imediata de Erechim e Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo.

As cidades médias são os nós da rede urbana e exercem grande influência de intermediação entre as pequenas cidades e as metrópoles e, também, entre as escalas (local e regional/nacional/global). Nas últimas décadas, têm apresentado fortes mudanças na sua dinâmica intraurbana e de ordenamento territorial, decorrentes dos processos de reestruturação econômica e produtiva, com reflexos na mobilidade regional e na expansão das cidades polarizadoras da rede (SPOSITO et al, 2006).

A reestruturação produtiva, como mencionado, vem promovendo fortes alterações na dinâmica populacional e na drenagem da renda fundiária para os ativos imobiliários da cidade.

Kalinowski e Spinelli (2020) realizaram um estudo nas cidades de Passo Fundo e Erechim e destacaram que a rede urbana da mesorregião noroeste do RS é influenciada pelas características de desenvolvimento econômico atrelado aos processos de reestruturação produtiva e, em âmbito intraurbano, pelo crescente desempenho do setor terciário, com maior dinamicidade da prestação de serviços ligados ao agronegócio regional, à saúde (laboratórios, hospitais e clínicas que prestam serviços especializados a toda a mesorregião), e à educação (rede escolar, novas universidades públicas e privadas, institutos e entidades ofertantes de cursos profissionalizantes).

A valorização dos preços das ofertas imobiliárias nessas cidades permitiu constatar a diferenciação socioespacial intraurbana, intensificadas neste início de século. A sistematização de anúncios imobiliários dos classificados de jornal desses municípios e seu processamento qualitativo e quantitativo foram essenciais para transformar essas informações em conhecimento, colaborando para a compreensão de como o mercado imobiliário atua nas cidades médias do interior do Brasil, recriando modelos de segregação espacial. Assim, foram identificadas as áreas de maior precificação em ambas as cidades, nos anos de 2005-2010 e 2015 (KALINOSKI e SPINELLI, 2020). O estudo evidenciou intensificação dos preços das ofertas que se concentram na área central e seu entorno imediato em Passo Fundo (Setores 1, 2, 3 e 4)¹. Essas localizações estão ao longo de importantes vias urbanas (Av. Brasil – setores 1, 2 e 4 e Av. Teixeira Soares – setor 3) que vêm constituindo subcentros e recebendo importantes frentes comerciais que valorizam ainda mais os imóveis residenciais.

No caso de Erechim, esse padrão não é tão definido, contudo, alguns bairros passam por valorização. É o caso dos bairros Fátima e Linho em 2015. O bairro Fátima, ao sul do centro, passa por um processo de valorização constante devido às instituições de ensino superior instaladas neste bairro, e por ser cortado pela Avenida Sete de Setembro, principal da cidade, que se conecta também com o acesso à estrada em direção à Passo Fundo, onde se localiza a Universidade Federal da Fronteira Sul, implantada na RS 135 a partir de 2015. O

¹ A cidade de Passo Fundo é organizada, para fins de ordenação e planejamento, em 22 setores urbanos contendo Bairros, Vilas e Loteamentos (Prefeitura Municipal de Passo Fundo - Lei Complementar n° 143, Art. 2 a 5, de 21 de junho de 2005).

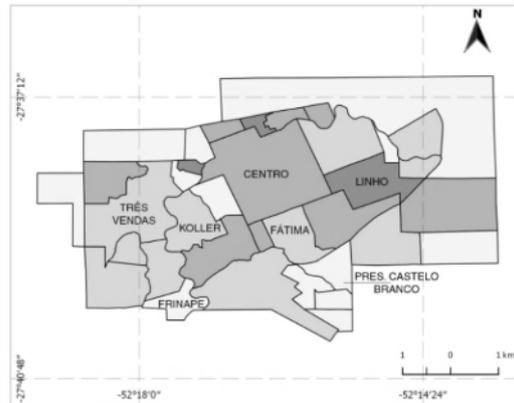
Bairro Linho, na direção leste do bairro Centro, têm tido forte valorização pela expansão de loteamentos e novos empreendimentos imobiliários, especialmente em 2015. Os bairros Koller, Frinape e Presidente Castelo Branco, apontaram elevação nas ofertas imobiliárias, acenando provável valorização em 2015. O bairro não teve o maior processo de valorização do m² de acordo com os dados analisados, pois demonstrou estabilização das dinâmicas imobiliárias, tanto em relação ao número de ofertas quanto na precificação pretendida nos anúncios. A figura 1 apresenta os bairros mencionados, com os maiores preços, e objetivam evidenciar que o não acesso à moradia, dada a valorização imobiliária, conduz um certo contingente populacional a viver em áreas periféricas, precárias e, em alguns casos, que se constituem como aglomerados populacionais.

Figura 1 - Preço médio por metro quadrado de casas e apartamentos em Passo Fundo e Erechim (2005, 2010 e 2015)

PASSO FUNDO: Média de preço/m² por setor (2005)



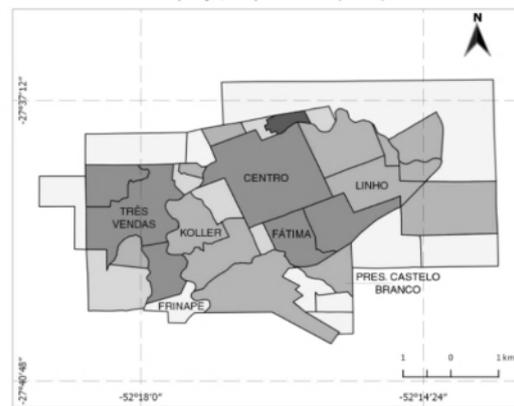
ERECHIM: Média de preço/m² por bairro (2005)



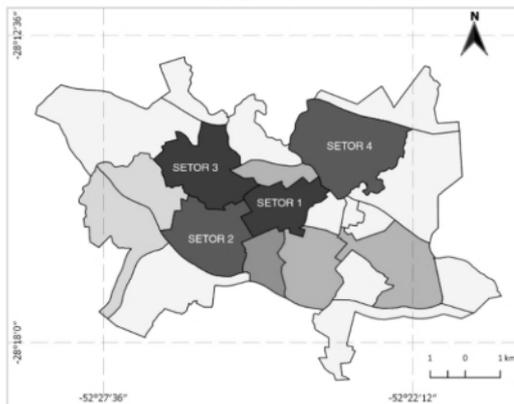
PASSO FUNDO: Média de preço/m² por setor (2010)



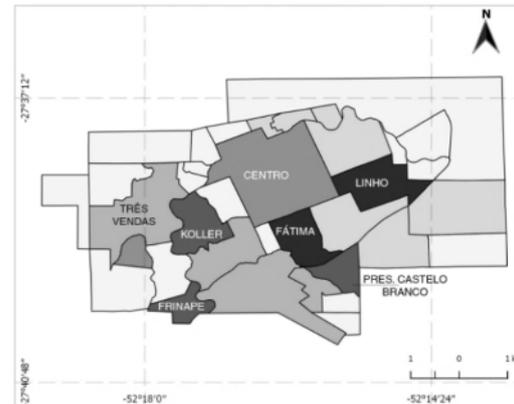
ERECHIM: Média de preço/m² por bairro (2010)



PASSO FUNDO: Média de preço/m² por setor (2015)



ERECHIM: Média de preço/m² por bairro (2015)



Média de preço/m²



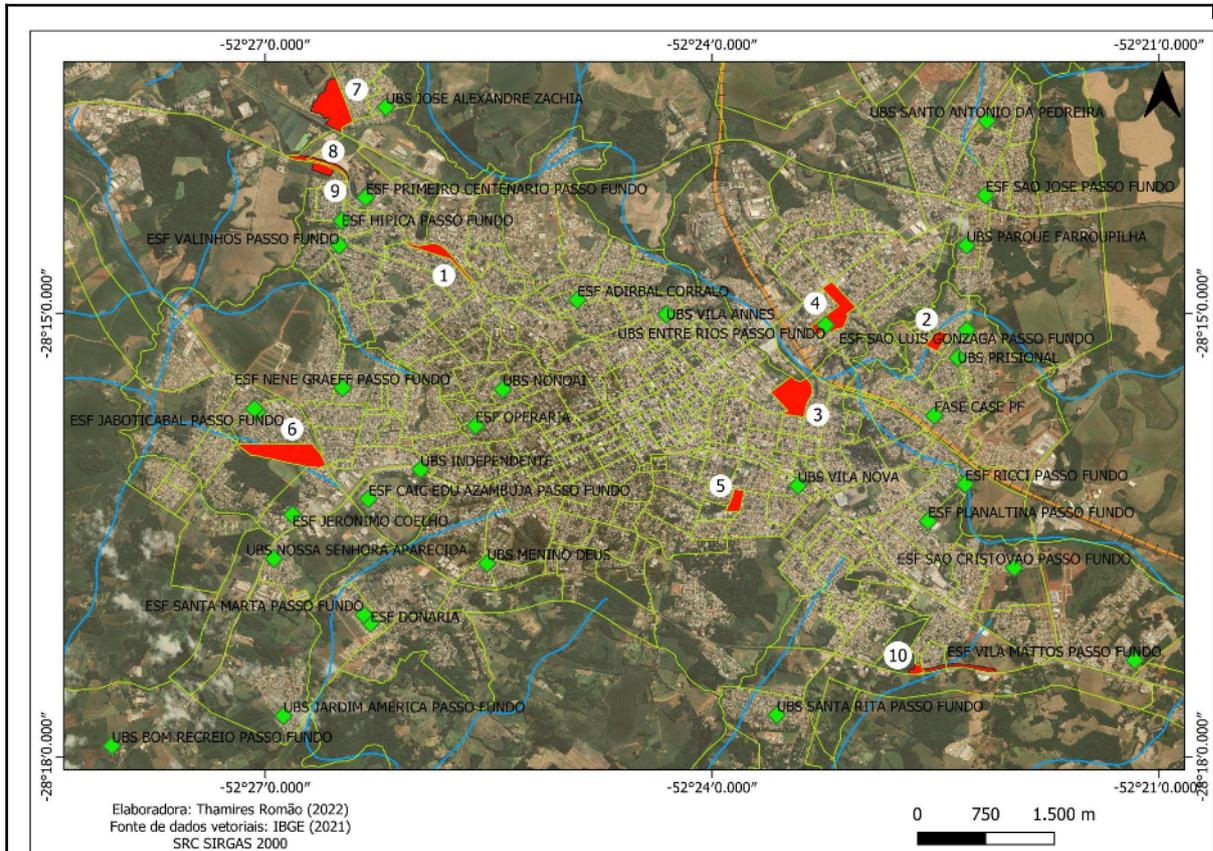
Fonte: Jornal O Nacional, Diário da Manhã e Bom Dia. KALINOSKI E SPINELLI (2020, p.144).

Analisando a reestruturação intraurbana, em ambas as cidades se identificou o aumento dos aglomerados subnormais, sendo 10 em Passo Fundo e 05 em Erechim, assim como a distribuição das UBS - Unidades Básicas de Saúde, que se constituem em um novo componente da estrutura urbana, associado às políticas de saúde coletiva, como pode ser observado nas figuras 2 e 3.

Em Passo Fundo, pelos dados do Censo Demográfico de 2010 só havia cinco aglomerados subnormais sendo, portanto, registrado uma duplicação de ocorrências com base no estudo do IBGE (2019). As UBS também tiveram aumento, resultando pelo atual levantamento do 2020 em 34 unidades, contudo, nem em todas as áreas que se visualizam aglomerados subnormais há UBSs disponíveis, sendo que vários moradores, como os da Ocupação Valinhos (8), registram ter dificuldades de atendimento pois seus endereços não são reconhecidos pelas UBSs do entorno.

Também, observa-se que há muitas UBSs em bairros considerados de média a baixa renda em Passo Fundo, como o Operária, o Nonoai, o Independente, o Jerônimo Coelho, e nos eixos de ligação dos bairros mais afastados, como Prisional, Planaltina, São Cristóvão. Essas UBSs localizam-se distantes das áreas das ocupações onde se identificam os Aglomerados Subnormais. Isso revela que ainda há deficiências na política pública de saúde quanto ao seu alcance às populações mais vulneráveis.

Figura 2: Distribuição espacial dos Aglomerados Subnormais e das Unidades Básicas de Saúde - Passo Fundo/RS



Aglomerados Subnormais em Passo Fundo

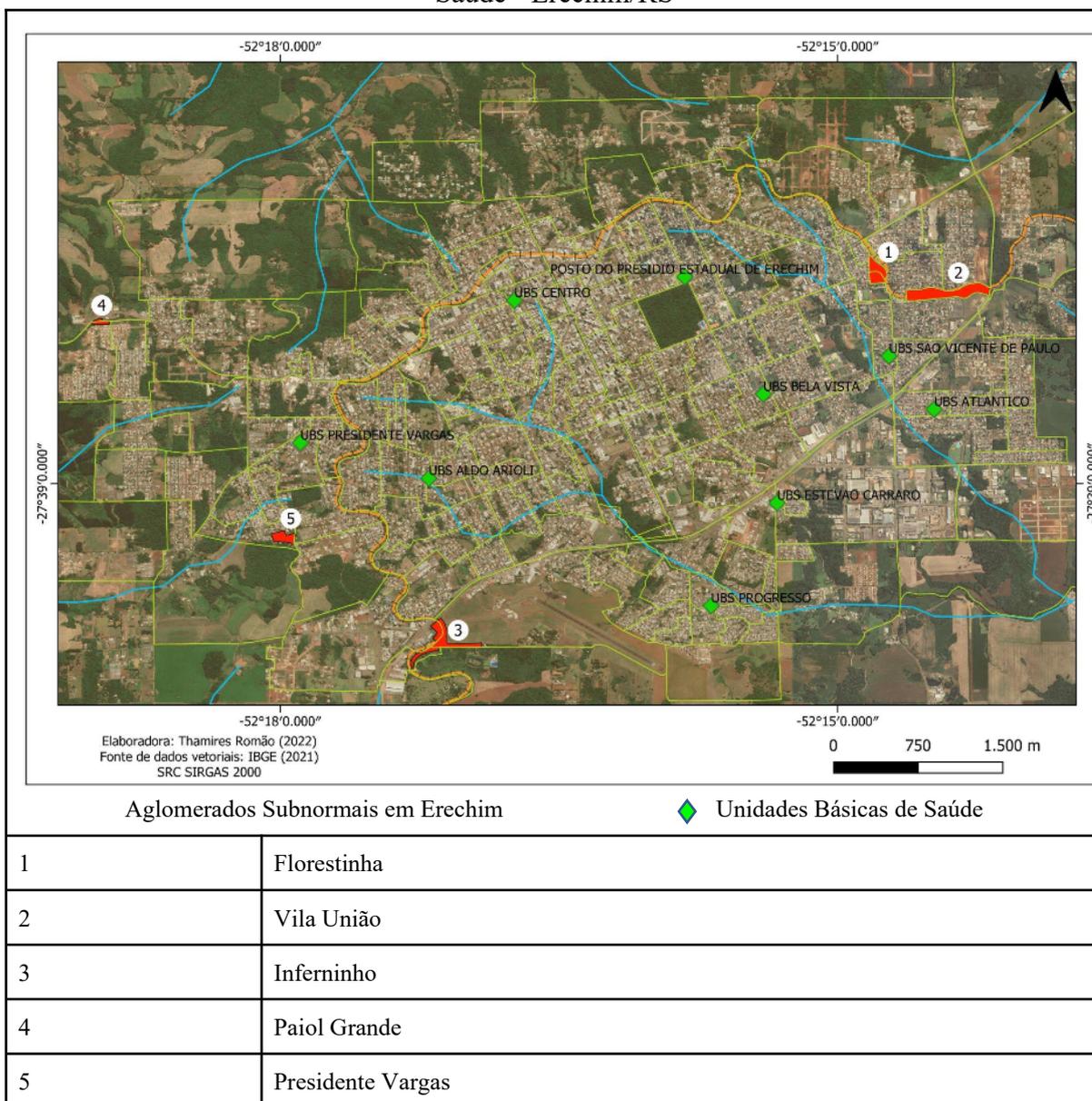
◆ Unidades Básicas de Saúde

1	Beira dos trilhos
2	Corralo - Rua Caramuru
3	Cruzeiro
4	Entre-Rios
5	Lucas Araújo
6	Xangrilá
7	Zachia I e II
8	Valinhos
9	Beira Trilho - Vera Cruz
10	Perimetral - Sul

Fonte: IBGE. Aglomerados Subnormais (2019)

Já em Erechim (Figura 3), não havia registros de Aglomerados Subnormais no Censo Demográfico de 2010, estando identificados, pelo estudo do IBGE (2019) cinco novos Aglomerados Subnormais, todos eles extremamente periféricos à malha urbana atual.

Figura 3: Distribuição espacial dos Aglomerados Subnormais e das Unidades Básicas de Saúde - Erechim/RS



Fonte: IBGE. Aglomerados Subnormais (2019)

Há apenas 10 UBSs na cidade de Erechim, sendo que nenhuma está localizada no entorno imediato dos Aglomerados Subnormais, fato que, novamente, corrobora com a dificuldade do acesso ao atendimento de saúde para as populações que habitam esses aglomerados.

Nesse contexto, pode-se denotar que nas áreas mais valorizadas de ambas as cidades não estão localizados os aglomerados subnormais, que se expressam em áreas periféricas e afastadas de vias estruturais e que as UBSs, embora presentes na cidade, não são diretamente vinculadas à todos os aglomerados subnormais.

Os efeitos da desigualdade socioespacial nos aglomerados subnormais refletem, principalmente, em relação ao acesso à saúde pública. No que se refere à localização destas áreas, nota-se uma proximidade à vulnerabilidade ambiental. São áreas, muitas vezes, afastadas dos centros urbanos, próximas de canais de drenagem, em beira de encostas ou em áreas rebaixadas, que condicionam uma baixa qualidade de vida dessas populações. É o que Raquel Rolnik (1999) denomina de “Urbanismo de risco”.

Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção, ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que, pelas características ambientais, são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construídas raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros das prefeituras. O risco é, antes de mais nada, do morador: o barraco pode deslizar ou inundar com chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar nas baixadas – a saúde e a vida são assim ameaçadas. No cotidiano, são as horas perdidas no transporte, a incerteza quanto ao destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua. (ROLNIK, p. 100, 1999)

Não é objetivo desse artigo, aprofundar nas questões relacionadas ao risco, contudo, essa é mais uma faceta dos efeitos socioterritoriais da reestruturação produtiva, urbana e das cidades, cujos efeitos se expressam em diferenciações socioespaciais e nas desigualdade socioespacial, visíveis, por exemplo, nos aglomerados subnormais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os aglomerados subnormais com foco na reestruturação produtiva após os anos 1990, no Brasil, se evidenciam três pontos de análise para entender o fenômeno nas cidades polo regional em estudo. O primeiro diz respeito ao fato que a ordem hierárquica das cidades se modificou ao longo do tempo, e que de um fenômeno muito forte atrelado às metrópoles e suas regiões metropolitanas, a subnormalidade passa a ser, também, das cidades médias, polos regionais interioranos. Um segundo ponto é que ao longo dos anos vêm ocorrendo forte expansão das malhas urbanas, com adensamento das áreas centrais

(fortemente verticalizadas) e espraiamento de uma nova periferia. A periferização da população se dá fortemente pelas pessoas de menor renda, que ocupam o território em locais precários e assentamentos subnormais. Por fim, o terceiro ponto são os novos conteúdos dessas áreas, que vêm demandando fortemente de serviços, a exemplo da área de saúde coletiva. O fato de não ter hospitais propriamente ditos, conduziu a organização de estruturas com unidades básicas, cujos atendimentos são uma espécie de triagem, avaliando os casos que, em última instância, são conduzidos às estruturas hospitalares. Em que pese o importante papel das políticas públicas de saúde e o alcance de atendimento básico às populações mais necessitadas, há evidente precarização quando as UBSs não são específicas de determinadas localidades, priorizando sempre os moradores cadastrados localmente e acompanhados por agentes de saúde. Cabe aqui olhar para esses recortes espaciais de modo atento, pois o não pleno acesso pode estar excluindo boa parcela de população dos aglomerados subnormais, do atendimento básico de saúde, das necessidades fundamentais da vida humana.

REFERÊNCIAS

ELIAS, D.; PEQUENO. R. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E NOVA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO NO CEARÁ. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, mai./ago. 2013.

IBGE. **Aglomerados Subnormais: 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 25 maio 2022.

IBGE. **Favelas resistem e propõem desafios para urbanização**. 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/20080-favelas-resistem-e-propoe-desafios-para-urbanizacao.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Censos Demográficos (1991, 2000, 2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/BpRkcl>, acesso em 12 maio 2022.

KALINOSKI, R. e SPINELLI, J. MERCADO IMOBILIÁRIO EM CIDADES MÉDIAS: TRANSFORMAÇÕES INTRAURBANAS EM PASSO FUNDO E ERECHIM, RS. *ParaOnde!?*, Porto Alegre, v.13, n.1, p.132-151, 2020, p. 132-151. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/98608>, acesso em 05 maio 2022.

NADALIN, Vanessa Gapriotti; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima. DISTRIBUIÇÃO DE AGLOMERADOS SUBNORMAIS NA REDE URBANA E NAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS - TEXTO PARA DISCUSSÃO. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2012 (2014). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121573/1/815326661.pdf>, acesso em 21 maio 2022.

RODRIGUES, Arlete Moysés. DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS – A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 73-88, jan. 2007. SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. SP: Hucitec, 1993.

ROLNIK, Raquel. EXCLUSÃO TERRITORIAL E VIOLÊNCIA. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 13, p. 100-111, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. SP: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. SP: Hucitec, 1996.

SILVA, Roberto Antero. AGLOMERADOS SUBNORMAIS: DEFINIÇÃO, LIMITAÇÕES E CRÍTICAS. **Geoece**, Fortaleza, p. 26-40, dez. 2014.

SOBARZO, O. A REDE URBANA DA MESORREGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: O PAPEL DAS CIDADES NOS CIRCUITOS DA AGRICULTURA MODERNIZADA. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 36–63, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/6923>. Acesso em: 21 maio. 2022.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO O. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. Editora Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M.E.B., SPOSITO, E.S. **Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias** [Em linha]. 2012. Disponível em: <http://www.rii2012.com.br/trabalhos>, acesso em 22 out 2021.